



El tercer sector en el comando de las Tvs educativas en Brasil: relaciones entre política, mercado y religión

Ivonete da Silva Lopes * y *Marildo José Nercolini* **

Resumen

El artículo discute la actuación de las organizaciones no gubernamentales como concesionarias de televisión educativa en Brasil, cuestiona el tercer sector situándolo como no homogéneo y que tampoco le da prioridad a la democratización de la sociedad y el bien común, de acuerdo con la imagen mistificada de este sector. Tal análisis es realizado a partir de una investigación hecha en el estado Santa Catarina, presentando las fundaciones catarinenses con énfasis en aquellas que poseen vínculos explícitos con la política, la religión y/o el mercado, actuaciones que las terminan distanciando de la finalidad educativa que declaran.

Palabras clave: Tv educativa, tercer sector, democratización de la comunicación.

Recibido: Febrero 2010 • Aceptado: Abril 2010

* Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal Fluminense (UFF).
Correo electrónico: netelopes@hotmail.com.

** Doutor em Literatura Comparada pela UFRJ e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense.
Correo electrónico: marildonercolini@uol.com.br.

Terceiro setor no comando das TVs Educativas no Brasil: relações entre política, mercado e religião.

Resumo

O artigo discute a atuação das organizações não-governamentais como concessionárias de televisão educativa no Brasil, problematiza o terceiro setor apontando-o como não homogêneo e que nem sempre prioriza a democratização da sociedade e o bem comum, conforme imagem mistificada desse setor. Tal análise é feita a partir de pesquisa realizada em Santa Catarina, apresentando as fundações catarinenses com ênfase naquelas que possuem vínculos explícitos com política, religião e/ou mercado – comportamento que acaba distanciando-as da finalidade educativa.

Palavras-chave: TV educativa, terceiro setor, democratização da comunicação.

1. Introdução

Pensar em democratização e no pleno exercício da cidadania pressupõe também analisar os meios de comunicação, em especial a televisão, sobretudo em um país como o Brasil em que a televisão ocupa, desde a década de 1960, lugar central no processo de construção da hegemonia e que certamente precisa ser levada em conta por aqueles que buscam construir propostas alternativas ao estado de coisas vigente. Historicamente, cabe exclusivamente ao governo brasileiro a distribuição das concessões dos canais de radiodifusão e, pela forma como tem sido encaminhado esse processo, tem servido como instrumento ideológico de manutenção de certos grupos econômicos e políticos no poder. O Estado, portanto, permanece como elemento-chave neste processo. Se quisermos pensar em democratização da comunicação, necessariamente precisamos repensar como são feitas essas concessões, a quem ou a que grupos estão sendo outorgadas, com que critérios, quais as políticas públicas e a regulamentação para o setor.

Neste artigo vamos discutir as mudanças ocorridas no Brasil na segunda metade da década de 1990, quando foi enfatizada uma proposta neoliberal de reforma do Estado que atinge diretamente o setor das comunicações. Durante o governo do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve a privatização das telecomunicações, que a partir de então ficaram submetidas à Lei Geral das Telecomunicações enquanto o rádio e a televisão aberta, denominados como radio-difusão, permaneceram regidos pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962. Outras mudanças foram realizadas no período. A primeira delas, por meio do decreto 1.720, assinado em 28/11/95, autorizou que as retransmissoras de TVs (RTVs) pudessem inserir em sua programação até 15% de programas próprios se operassem como emissoras educativas ou se instaladas na Amazônia Legal.

O governo, posteriormente, por meio do decreto-lei nº 3.541 de 2000, deu ainda maior autonomia às televisões educativas para definirem a programação. Dessa forma, elas deixaram de ser simples retransmissoras da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro. A medida despertou o interesse de diversos grupos sociais que criaram fundações para requerer concessões. Durante trinta anos, ou seja, até 1997, existiam apenas vinte geradoras em todo o Brasil e no final de 2008 o número chegou a 177 estações. Nesse mesmo período, em Santa Catarina o número passou de uma para nove estações de TVs Educativas.

A distribuição dessas concessões para as organizações não-governamentais poderia até sinalizar uma certa democratização da comunicação no Brasil. No entanto, é necessário discutir e conhecer quais são os grupos sociais que estão no comando dessas fundações sem fins lucrativos, que na maioria dos casos foram constituídas unicamente para requerer a concessão junto ao Governo Federal. Neste artigo, analisamos os concessionários de televisão educativa em Santa Catarina e, a partir dessa análise, pretendemos diagnosticar se o Estado, ao aumentar o número desses canais e ao distribuí-los para as fundações, contribuiu para democratizar o setor ou para reforçar o poder de grupos econômicos, políticos e/ou religiosos.

2. Sociedade civil versus terceiro setor

O conceito de sociedade civil tornou-se adaptável a várias situações. Fala-se dela quando movimentos organizados reivindicam, entre

outras demandas, direitos do Estado ou quando esse justifica suas ações com base no apoio da sociedade civil. Ela também é definida como terceiro setor, como uma esfera popular, homogênea e sem contradições de classe em busca do bem comum. Por meio e em nome da sociedade civil se combate a globalização ao mesmo tempo em que se tece elogios à atual fase do capitalismo globalizado e se minimizam os efeitos devastadores das políticas neoliberais. De acordo com Nogueira (2003), a sociedade civil é invocada tanto para sugerir a autonomia dos cidadãos, quanto para viabilizar programas de ajuste fiscal e desestatização, sendo conclamada a compartilhar encargos até então eminentemente estatais.

Essa maleabilidade de usos que se faz do conceito de sociedade civil tanto para se referir a situações emancipadoras, quanto por ideólogos capitalistas e/ou executores do neoliberalismo, com fins de “rejuvenescer” ou dar mais fôlego ao sistema capitalista, tem sido uma das preocupações de Ellen Wood (2002). Para essa autora, o deslocamento do termo sociedade civil da sua intenção inequivocamente anticapitalista para uma adaptação ao capitalismo, é um perigo que pode causar retrocesso à luta por igualdade, justiça e cidadania, visto que o uso desse conceito pode mascarar na realidade os efeitos degradantes do capitalismo por reduzir “o sistema capitalista (ou a economia) a uma de muitas esferas na complexidade plural e heterogênea da sociedade moderna [...] ou pode englobar a ‘economia’ numa esfera maior de instituições e relações não-estatais” (Wood, 2002:208). Ainda para a mesma autora, o uso do conceito de sociedade civil hoje, mas que revelar, confunde e disfarça a realidade; portanto, o seu uso pode ser prejudicial às lutas democráticas, uma vez que, ao que tudo indica, foi apropriado pelos defensores, ideólogos e/ou executores do sistema capitalista. Segundo Wood (2002: 210), “sociedade civil pode ser entendida como um código ou máscara para o capitalismo, e o mercado pode juntar a outros bens menos ambíguos, como as liberdades políticas e intelectuais, como um objetivo desejável acima de qualquer dúvida”.

Esse abarcamento e utilização do conceito de sociedade civil às diversas organizações e ideologias diferentes e até mesmo divergentes, distanciou-se consideravelmente do sentido defendido por Antonio Gramsci, cujas reflexões sobre o tema são ainda referência. Atualmente, o conceito é incorporado a linguagem de planejamento e gestão, a ponto de Marco Aurélio Nogueira (2003:218) afirmar que “[...] o conceito de sociedade ci-

vil sofreu uma transfiguração: deslocou-se de seu campo principal (o da organização de novas hegemonias) e se converteu num espaço de cooperação, gerenciamento da crise e implementação de políticas” .

A utilização corrente desse conceito por defensores do sistema capitalista sugere, a nosso ver, um processo de mascaramento dos efeitos do capitalismo e pode estar sendo usado pelos seus defensores para dar-lhe um verniz mais igualitário e democrático. No entanto, trata-se de um espaço de consenso apaziguador e de cooperação mercantil com o capital. Ou seja, com palavras ou atos atrativos se procura conquistar a confiança dos trabalhadores (ou cidadãos explorados pelo sistema capitalista) para a reprodução ampliada do capital, portanto, é uma utilização muito diferente do conceito de sociedade civil concebido em termos gramscianos. Segundo afirma Ellen Wood (2002: 208):

“Para Gramsci, o conceito de ‘sociedade civil’ deveria ser, sem ambigüidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele. Apesar do peso de sua autoridade, invocada pelas teorias sociais contemporâneas de esquerda, o conceito, no seu uso corrente, já não exhibe a mesma intenção inequivocamente anticapitalista. [...] De um lado, os defensores da sociedade civil fortalecem nossa defesa de instituições e relações não-estatais para enfrentar o poder do Estado; de outro, tendem a enfraquecer nossa resistência às coerções do capitalismo.”

Uma das diferenças do conceito corrente de sociedade civil em relação ao conceito gramsciano é que no primeiro caso a sociedade civil é considerada como uma esfera não-estatal, ou seja, ela está separada do Estado. Conforme afirma Bresser Pereira (1998:69): a sociedade civil está “situada entre a sociedade e o Estado, é o aspecto político da sociedade: a forma como a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado”.

No entanto, na reflexão proposta por Gramsci, a sociedade civil é parte orgânica do Estado, sendo compreendida em seu contexto histórico e social e não como separada das ações econômicas e estatais. Nesse sentido, Nogueira (2003) acentua que a sociedade civil gramsciana não se sustenta fora do campo do Estado, ela está articulada dialeticamente no e com ele.

A visão de Bresser Pereira também é contestada por Carlos Nelson Coutinho (2002). Para esse autor, entender a sociedade civil como uma esfera não-estatal ou dele separada seria uma leitura inteiramente equivocada de Gramsci, pois para esse pensador a sociedade civil é um espaço de luta política, de luta de classes. O Estado não necessariamente é o mal ou um mal em si, pois se ele for conquistado pelas forças progressistas terá grandes probabilidades de se tornar também progressista, mais democrático, igualitário e justo. E é possível introduzir nele mudanças importantes, tendo em vista que sua constituição se dá a partir da correlação de forças, ainda que com predomínio de uma classe dominante.

Gramsci também alertava para a identificação entre Estado e Governo, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois supera o conceito de Estado como meramente sociedade política ou aparelho coercitivo. Conforme nos explica Dênis de Moraes (2008), Gramsci diferencia duas esferas no interior da superestrutura: a sociedade política – conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência; e a sociedade civil – o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e difusão de valores simbólicos e de ideologias, por exemplo, sistema escolar, igreja, partidos, organizações profissionais, sindicatos, meios de comunicação, instituições de caráter científico e artístico. Essas duas esferas, de acordo com Moraes (2008), não estão distanciadas uma da outra, mas sim em constante interação, o que demonstra que o Estado é resultado da correlação de forças no seu interior e no interior da própria sociedade.

A sociedade civil é, portanto, espaço de luta, tensão e não de harmonização, como querem nos fazer crer os ideólogos e defensores do sistema capitalista; nela as classes procuram conquistar aliados para os seus projetos por meio de direção e consenso:

“A sociedade civil gramsciana se configura como âmbito de múltiplas relações de classes e de disputas renhidas pela construção, conservação ou reversão de consensos, nada tendo a ver com interpretações liberais (e despolitizadoras) segundo as quais é um lugar de harmonização ou convergência de interesses” (Moraes, 2008:21).

Por outro lado, a interpretação neoliberal entende a sociedade civil como espaço de convergência de interesses e emprega este conceito como sinônimo de terceiro setor. Com esse sentido, o terceiro setor seria uma al-

ternativa ou terceira via, conforme afirma o ex-ministro do governo FHC, Bresser Pereira (1998:74): “É preciso salientar que as propostas de dar mais importância à sociedade civil, ou ao terceiro setor, [...] às entidades e movimentos públicos não-estatais, fazem parte do processo histórico em curso de construção de uma terceira via”. O terceiro setor, então, é entendido como a sociedade civil politicamente organizada que está fora do Estado; seu poder consiste na ponderação dos poderes econômicos, intelectual e organizacional dos seus integrantes e, dessa forma, tido como fundamental, nas democracias contemporâneas, para promover reformas no Estado e no mercado para o benefício do próprio mercado.

Nos termos propostos por Bresser Pereira, o terceiro setor não se restringe às organizações públicas não-estatais e às corporativas, também envolvendo empresas privadas. Assim, a sociedade civil seria formada por cidadãos individualmente, por empresas e por organizações, sendo esses ponderados pelo poder de seus capitais (econômico, social, político e cultural), da sua capacidade de representação e do seu conhecimento técnico e organizacional. Nessa linha de pensamento, integrariam o terceiro setor as entidades representativas de interesses, organizações públicas não-estatais de serviço (escolas, hospitais e entidades de assistência social), e organizações públicas não-estatais de controle social (organizações não-governamentais-ONGs), movimentos sociais e associações de base. Ainda para o autor, o aprofundamento da democracia se fez com o chamado da sociedade civil à participação, para o suposto controle social do Estado ineficiente e para a gestão dos serviços sociais e científicos. O pressuposto era que, com a descentralização desses serviços, repassando-os às ONGs, se estaria estimulando a cidadania e fortalecendo a democracia.

3. Terceiro setor como concessionário de televisão educativa

A partir da pesquisa realizada em Santa Catarina com as fundações concessionárias de televisão educativa, encontramos quatro diferentes grupos sociais no comando dessas emissoras. Construimos uma tipologia partindo do fato de que os integrantes de cada um desses blocos têm interesses bastante parecidos entre si no que diz respeito à programação, procedendo de forma semelhante no gerenciamento da emissora e, de outro lado, possuem interesses diferentes quando comparado aos outros

grupos. Esta classificação, porém, possui uma intenção mais didática, não querendo apontar para a existência de grupos puros. Os grupos foram assim caracterizados:

1. **TV Educativa Educacional** – A denominação deste grupo pode até parecer redundante, mas as TVs educativas podem ter na prática caráter diverso do seu objetivo, ou seja, ter finalidade não apenas educacional ou cultural conforme estabelece a sua regulamentação. Neste grupo, as TVs educativas são caracterizadas de Educativas Educacionais (preferimos essa denominação para diferenciá-las das TVs Universitárias disponíveis na televisão a cabo) porque estão vinculadas a universidades e chegam mais próximas ao cumprimento do que estabelece a sua regulamentação: destinar a radiodifusão educativa exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não ter finalidades lucrativas. Das atuais nove emissoras localizadas em Santa Catarina, três podem ser classificadas como Educativas Educacionais uma vez que estão ligadas a instituições de ensino superior. Podemos ainda estabelecer uma divisão interna aqui, fazendo uma subdivisão entre Educacional Pública e Educacional Privada. Na primeira subdivisão se enquadraria a TV Cultura SC, que foi a primeira TV educativa de Santa Catarina. Essa emissora foi outorgada em 1994 à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, entidade criada pelas Universidad de Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) para gerir a estação. Na subdivisão Educacional Privada encontramos duas emissoras: a FURB TV, da Fundação da Universidade Regional de Blumenau (FURB), com sede no município de Blumenau, e a UnisulTV, mantida pela Fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina, localizada no município de Tubarão. Ambas tiveram permissão para operar em 1999 e 2003, respectivamente.
2. **TV Educativa Religiosa** – Embora seus dirigentes também tenham buscado inserção na política, o que define este grupo é o vínculo dos seus proprietários com a religião evangélica, marcado pela predominância do caráter religioso sobre o político e o educativo. Em Santa Catarina há duas emissoras educativas nessa linha: as TVs Brasil Esperança, de Itajaí e de Joinville, ambas concedidas à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (FCEI), nos anos de 1999 e

2001, respectivamente. Essa fundação foi implantada pelos dirigentes do Centro Evangelístico Integrado, igreja de denominação neopentecostal. Além das duas emissoras, a fundação possui uma rádio educativa (103 FM – Itajaí) e tem permissão para implantar duas retransmissoras nos municípios de Jaraguá do Sul e de Brusque. Nas eleições de 2004 (municipais) e 2006 (estaduais) os dirigentes FCEI participaram como candidatos a vereador e a deputado estadual pelo PTB, porém não se elegeram.

3. **TV Educativa Política** – O que nos permite tipificar esse grupo é o fato de dessas TVs serem controladas por políticos de carreira, filiados a partidos políticos. Incluímos duas emissoras neste grupo. A primeira é a TV Panorama, que é mantida pela Fundação Rodesindo Pavan, com sede no município de Balneário Camboriú. Nesse caso, o vínculo político fica explícito no site dessa TV, inclusive com a citação do partido político do ex-senador. A Fundação já tem garantida a outorga para instalação de uma rádio educativa na mesma cidade. A segunda emissora é a TV Criciúma, mantida pela Sociedade Educativa Criciúma de Televisão. Esta TV educativa tem como sócio Fábio Brezola, integrante da direção municipal do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Embora essa emissora possua permissão apenas para retransmitir a programação educativa, ela também tem gerado conteúdo.
4. **TV Educativa Empresarial** – Essas são assim caracterizadas porque estão vinculadas a empreendedores. As TVs educativas classificadas nesse grupo são geridas como empresas com fins lucrativos. Uma delas é a RBA (Rede Bela Aliança), da Fundação Osny José Gonçalves, localizada em Rio do Sul. Além da TV educativa, obtida em 2000, a organização da família Gonçalves mantém há 64 anos a terceira rádio mais antiga de Santa Catarina, a Mirador AM. Em 1979 esta família conseguiu também a concessão para a rádio 93 FM. A outra emissora do grupo empresarial, localiza-se no município de Araranguá, é a ARTV – Ângelo Redivo TV, da Fundação que recebe o mesmo nome, que foi autorizada a operar em 2002. O idealizador da emissora, Ataidés Redivo, resolveu empreender no setor da comunicação depois de trabalhar como pedreiro e, posteriormente, como cinegrafista numa empresa de filmagens de casa-mento.

3.1. Fundações educativas e suas relações com o mercado, a política e a religião

No senso comum as organizações do terceiro setor, no Brasil, são vistas como altruístas e preocupadas em construir um mundo melhor e mais solidário. Conforme a avaliação de Brittos e Nazário (2008), considera-se também a sociedade civil como um espaço para a defesa da cidadania, ainda que delimitada pelas contradições do capitalismo e por outros interesses desse sistema. Então a sociedade civil pode atuar na preservação dos espaços ameaçados pelo sistema, não obstante represente a complexidade de interesses em disputa. Embora se aborde pouco a atuação dessas instituições como concessionários de meios de comunicação, chega-se a pensar que para democratizar o setor as emissoras públicas deveriam ser transferidas para as organizações da sociedade civil. Segundo Martín-Barbero (2001:27) essa ação poderá representar:

“As lutas contra a lógica mercantil avassaladora que devora essa mídia, acelerando a concentração e o monopólio, a defesa de uma televisão pública, que passe das mãos do governo às das organizações da sociedade civil, a luta das regiões, dos municípios e das comunidades para construir as imagens de sua diversidade cultural.”

É muito provável que Martín-Barbero ao afirmar que o Estado deveria transferir para as organizações da sociedade civil o controle das TVs públicas estivesse se referindo a um tipo específico de organização, com enraizamento nas comunidades, surgidas de uma demanda popular e comprometida com a transformação social. Uma entidade com essas características teria potencial para gerir as emissoras públicas de forma que essas pudessem se contrapor ou representar um diferencial ao modelo privado-comercial e monopolista. No entanto, ao analisarmos as fundações concessionárias de TVs educativas em Santa Catarina, percebemos que uma parte delas vem sendo utilizada para fortalecer a dominação política de determinado grupo, reproduzir a ideologia capitalista e para fazer proselitismo religioso.

A avaliação dessas fundações que requereram a concessão de televisão educativa nos mostra que a idealização da sociedade civil, mesmo quando essa visão é restrita às organizações não-governamentais não é homogêneo do ponto de vista classista e ideológico, conforme lembra Monal (2003). Para melhor exemplificar vamos analisar três tipos de en-

tidades constituídas em Santa Catarina que requereram a concessão de televisão educativa. O primeiro caso é o da Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan (Furpan) – entidade presidida por Bernadete Pavan, esposa do atual vice-governador de Santa Catarina, Leonel Pavan (PSDB). A entidade criada por um grupo ligado ao político Pavan foi constituída em 1998 e, pela pesquisa realizada, essa fundação não tinha nenhum vínculo com a comunidade, tendo sido implantada com o objetivo de requerer a concessão, conforme se vê confirmado no próprio *site* da emissora:

“A Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, foi criada em 21 de dezembro de 1998, sendo uma entidade com personalidade jurídica, sem finalidades lucrativas, fundada e instituída por particulares com o anseio e propósito de obter a outorga de canal educativo em sons e imagens para Balneário Camboriú no canal 11-E, para propagar e difundir cultura, educação, artes, jornalismo, entretenimento e lazer a população do município e região por ela abrangida, bem como préstimos de utilidade pública à comunidade, unindo-se conforme poderá ser observado, às instituições ligadas a educação e cultura, no inverso de apenas uma questão de status de mantenedora da TV Educativa, diante dos inúmeros benefícios que irão carrear à toda coletividade (TV Panorama, 2009).”

Praticamente um ano depois de implantada, foi outorgada a essa fundação a concessão para instalação de uma televisão educativa em Balneário Camboriú. A entidade foi criada instrumentalmente para beneficiar-se de uma concessão pública, diretamente sob a influência política de Leonel Pavan. Em 1994, esse político foi eleito deputado federal, e, durante os dois anos em que exerceu o seu mandato de parlamentar, atuou como membro titular da comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Entre as funções dessa comissão está o de outorgar e renovar a exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Em 2002, Pavan foi eleito senador pelo estado de Santa Catarina, e já no ano seguinte conseguiu a segunda concessão de uma emissora educativa, mas desta vez uma emissora rádio, também em Balneário Camboriú.

O segundo exemplo de fundação criada para requerer concessão de emissora de televisão educativa é a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (FCEI). Nesse caso, os seus dirigentes não eram políticos

de carreira. Eles atuavam como empresários no setor imobiliário. No entanto, o que os deixou mais conhecidos e influentes na região foi a igreja denominada Centro Evangelístico de Integrado (CEI), nascida da dissidência da família Francelino com a Assembléia de Deus, no início da década de 1990.

“A Fundação Cultural e Educacional de Itajaí [...] foi fundada em 01 de agosto de 1996 visando a exploração dos meios de comunicação sendo a primeira geradora de TV educativa do estado de Santa Catarina. Seu primeiro sinal, em rede aberta, foi emitido quatro anos depois de sua fundação, mais precisamente no dia 03 de agosto de 2000” (TV Brasil Esperança, 2009).

Como no caso da Fundação Rodesindo Pavan, a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí também foi implantada especificamente para ser concessionária de uma televisão educativa. Seus dirigentes, embora não fossem ligados diretamente ao campo político partidário ou de comunicação, conseguiram a primeira outorga de uma televisão educativa para o município de Itajaí. Contudo, para conseguir essa concessão a FCEI também obteve apoio político, em especial do senador Cassildo Maldaner (PMDB-SC), dos deputados federal Renato Viana (PMDB), relator da Comissão da Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, e de Francisco Kistner (PSDB). Em 2001, a fundação supracitada foi autorizada a operar uma rádio educativa para o mesmo município. No ano seguinte, ela obteve a outorga para outra TV educativa, desta vez para a maior e mais industrializada cidade catarinense: Joinville. Essa concessão ainda é motivo de polêmica na cidade. Segundo matéria divulgada na revista eletrônica do curso de Comunicação Social da Associação Educacional Luterana Bom Jesus (Ielusc), o sinal pertencia a prefeitura de Joinville que por não tê-lo colocado no ar foi repassado à Fundação de Itajaí. O Ielusc ainda acusa a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí de comercialização inapropriada da programação da TVE do Rio de Janeiro e da TV Cultura de São Paulo.

Em 2003, essa Fundação criou o “Projeto Brasil Esperança”, um trabalho de cunho assistencialista, a partir da doação de roupas, cadeiras de roda, muletas, remédios, encaminhamentos para exames médicos e para empregos. O projeto foi transformado em programa que é exibido de segunda a sexta-feira, na TVBE de Itajaí, das 20h às 21h, e na rádio, das 13h às 14h. Durante a programação, as pessoas falam das suas difi-

culdades e pedem ajuda para os seus problemas, e a comunidade participa com doações. Na maioria das vezes são mostradas pessoas de baixa renda sendo atendidas em suas demandas, ou seja, recebendo os donativos do projeto. Muito provavelmente respaldado politicamente por esse trabalho assistencialista, em 2004, o grupo lançou o apresentador do programa acima citado, Fernando Francelino, como candidato a vereador. Ele não foi eleito, mas ficou como suplente. Em 2006, o próprio bispo Samuel Francelino, principal liderança religiosa desse grupo, saiu candidato para deputado estadual pelo PTB, mas também não foi eleito.

O terceiro exemplo vem do mercado, ou melhor, de um concessionário de televisão educativa que tem orientação ou vocação comercial, mas que também tem ligações com políticos do estado de Santa Catarina. Trata-se da Fundação Osny José Gonçalves, do município de Rio do Sul. Antes de conseguir a concessão da televisão educativa, a família Gonçalves já possuía duas emissoras de rádios: a Mirador AM e a FM 93, concessões consecutivamente outorgadas em 1964 e 1979. Na entrevista que realizamos em julho de 2008 com o diretor-geral da Rede Bela Aliança, Rubens Gonçalves, ele explicitou que a emissora é um negócio: “Fundação pública acho que é idealismo, não dá pra pôr em prática. Eu vou ter que batalhar muito pra conseguir recursos pra investir, temos fundação familiar e a gente sobrevive com o serviço que prestamos”.

Articulado politicamente com os parlamentares catarinenses, Gonçalves afirmou que iria propor a alteração na legislação para permitir a veiculação de publicidade nas emissoras de televisão educativa. E justifica: “Educativo é só o nome, o custo é o mesmo da comercial”. O pedido já foi apresentado à Câmara dos Deputados pela Fundação Osny José Gonçalves e está contido no projeto de Lei (PL) 3516 de 2008, que trata da consolidação das leis de telecomunicações e radiodifusão. O empresário propõe que o serviço de televisão educativa possa ser prestado obtendo lucro, por meio da veiculação de publicidade e autorizando a veiculação de patrocínio com a divulgação de produtos e serviços. Segundo a justificativa dessa Fundação:

“Na atualidade, evidencia-se a necessidade de que as fundações devam intervir no mercado, para a obtenção de recursos que possibilitem o cumprimento efetivo de seus fins. [...] Todo o superávit obtido seja aplicado na realização dos fins fundacionais, inclusive na implementação do patrimônio

das entidades. A finalidade fundacional representa benefício para a coletividade, principalmente em se tratando da execução do serviço de radiodifusão educativa, cuja cobertura contribui ao bem-estar social de toda a população” (Câmara Federal, 2009).

Em relação à Fundação Osny José Gonçalves fica evidenciado a preocupação com a gestão superavitária da televisão educativa, com a busca de publicidade no mercado e a veiculação de produtos, serviços e preços. A legislação atual autoriza apenas a inserção de apoio cultural, caracterizado por publicidade institucional. Embora essa fundação familiar reivindique atuar no mercado de forma semelhante ao das emissoras comerciais, também não abre mão dos benefícios oferecidos pelo Estado às instituições públicas não-estatais, como as fundações. A Fundação Osny José Gonçalves foi declarada de utilidade pública federal de acordo com o decreto, sem número, de 2 de março de 1999.

A titularidade de utilidade pública, segundo Emile Bourdens (2000), conferiria credibilidade à instituição, significaria o reconhecimento oficial dos serviços prestados pela entidade. Além desse bem imaterial, traz consigo a isenção da contribuição do empregador para o custeio do sistema previdenciário e abre possibilidade de receber doações da União e de suas autarquias, bem como de receber doações de pessoas físicas que poderão ser deduzidas do Imposto de Renda. Com a posse do título de utilidade pública federal, a Fundação Osny José Gonçalves conseguiu, em 2007, o certificado de entidade filantrópica de assistência social, conferido pelo Ministério de Assistência Social e Combate à Fome. Conforme o artigo 150, inciso VI, C, da Constituição Federal esse certificado a isenta as entidades de assistência social ou de educação do pagamento de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços.

Ao analisarmos a forma como foram constituídas e os objetivos das fundações Rodesindo Pavan, Cultural e Educacional de Itajaí e Osny José Gonçalves percebemos que não há independência dessas fundações com relação ao Estado e ao mercado, conforme afirma Bresser Pereira (1998). Para esse autor, a transformação do mundo não será mais realizada por elites aristocráticas nem pelo mercado autoregulado, nem pelo proletariado revolucionário, mas por associações voluntárias independentes do Estado e do mercado. Em primeiro lugar, como vimos, no caso das emissoras de televisão educativas do estado de Santa Catarina, essa

independência não existe. Em segundo lugar, as emissoras aqui citadas não demonstram querer, com suas ações, transformar a sociedade, democratizá-lo, mas, ao que tudo indica, aumentar seus lucros, expandir seu poder político ou evangelizar.

Contrário a idealização das organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, Paulo Arantes (2004) enfatiza que essas características não servem de barreiras para entrar no mundo dos negócios, mas podem ser a senha privilegiada para o ingresso. Nesse caso, se pensadas nas vantagens obtidas pela Fundação Osny José Gonçalves, que é isenta do pagamento de tributos, a tese de Arantes é pertinente. Isso sem contabilizar as vantagens também obtidas com o título de utilidade pública estadual (possibilidade de conseguir verbas, subvenção social e redução das tarifas estaduais, como a de energia elétrica). Também foi declarada de utilidade pública estadual a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí. Assim, sob a condição de serem fundações sem fins lucrativos e não-governamentais, receberam gratuitamente do Estado a concessão pública de emissoras de TV educativa, sem processo licitatório, e ainda com a liberdade de inserir em toda a grade programas próprios.

O Estado, nos três casos apresentados, reforçou o poder desses grupos. O político Leonel Pavan, da Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, beneficia-se politicamente com as aparições na sua emissora, a única geradora de programação no município de Balneário Camboriú. Como exemplo, durante o ano eleitoral de 2006, o mesmo apresentava o programa “Opinião com Leonel Pavan”, que chegou a invadir o horário político gratuito. Mesmo com a proibição por lei de políticos possuírem ou estarem na direção de meios de comunicação, torna-se difícil considerar essa Fundação como não-governamental sendo ela explicitamente ligada ao vice-governador de Santa Catarina. Conforme citado no site dessa emissora, a Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan recebeu esse nome em homenagem ao pai do senador Leonel Pavan (PSDB), já falecido.

No caso da Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, para conseguir as três concessões de emissoras (de rádio e TVs) educativas, os seus dirigentes articularam com parlamentares catarinenses de diversas matizes ideológicas. Essas emissoras, portanto, desde a sua gênese, estavam e ainda estão comprometidas direta ou indiretamente com o Estado. Embora nenhum dos seus dirigentes ou membros seja político de carreira,

dois deles tentaram ser eleitos vereador e deputado estadual, para acessar ao governo e ampliar o poder político-evangelizador-econômico que as emissoras lhes dão. Isso sem contar que essas emissoras de rádio e TVs educativas estão voltadas mais para a evangelização dos cidadãos da sua região do que para cumprir a função educativa, contribuindo para divulgação da igreja Centro Evangelístico Integrado (CEI), com a transmissão diária de duas horas, em duas edições, do programa “Santo Culto” e outra hora diária destinada ao programa “Palavra Amiga” que pode ser caracterizado como auto-ajuda e de cunho, também, religioso. Além desses programas, há durante a programação diversas inserções chamando o público para os cultos do CEI.

4. Conclusão

Após analisarmos o caso das emissoras de televisão educativa localizadas no estado de Santa Catarina, podemos perceber que pelo simples fato de ser distribuído ou gerido por entidades sem fins lucrativos, oficialmente não vinculadas ao Estado, não significa que o setor da radiodifusão seja mais democrático, menos centralizador ou oligopolista. Conforme Carlos Nelson Coutinho (2004:323), talvez um dos fatores mais importantes a serem levados em conta seja:

“[...] Um maior controle da sociedade sobre esses poderosos instrumentos de criação, difusão e ação cultural. Precisamos fazer com que os meios de comunicação de massa sejam controlados pela sociedade, e não por grupos monopolistas privados. Estes grupos podem até levar em conta certas demandas da sociedade, mas operam sem um efetivo controle social.”

Pensamos que tanto os meios de comunicação quanto essas fundações, conforme argumenta Moraes (2009:40): “podem ser enquadrados apenas como ‘privados’, pois em situações concretas, orbitam em torno do Estado, são sustentáculos de suas idéias e difusores do senso comum fixado pelo bloco de classe hegemônico e dirigente”. Conforme apresentado no artigo, o envolvimento dessas fundações com o Estado, por meio do apoio dos políticos catarinenses, começou antes do processo para requerer a concessão, e fica evidenciado que com a ajuda política o processo de distribuição da outorga, que é gratuita e sem licitação, torna-se menos complicado.

Além da relação com o Estado, ao descrevermos a programação das emissoras, fica explicitado a relação dessas com a questão religiosa, apenas duas das emissoras estudadas não veiculam esse tipo de programação. Claro que no grupo Religioso isso é mais exacerbado, chegando a ter, em alguns dias, mais de quatro horas de programas religiosos e também veiculando anúncios chamando o público a comparecer aos cultos em seus templos. Essa relação se amplia para o mercado religioso, veiculando produtos, como CDs e DVDs, de artistas ligados a sua entidade religiosa. Portanto, também a relação com o mercado pode ser considerada intensa, e ela acontece porque parte dessas emissoras seguem a lógica comercial, vendem anúncios e, principalmente, terceirizam parte da grade para a exibição de programas destinados simplesmente ao comércio de carros, imóveis, motos e outros com a finalidade comercial.

Se entendermos democratização como algo que implica a plena socialização do poder, podemos afirmar que o Estado com a distribuição das concessões educativas em Santa Catarina em grande parte reforçou o poder de grupos econômicos, políticos e religiosos. As emissoras, em sua maioria, são geridas como qualquer negócio privado/comercial, ou seja, os concessionários não criaram mecanismos de participação popular nas TVs educativas, medida que também não é exigida pelo governo federal. Outro fator importante é que entre os nove concessionários, seis deles não possuíam qualquer vínculo comunitário, e as fundações foram criadas instrumentalmente para requerer a concessão pública e gratuita.

Referências

- Arantes, Paulo Eduardo (2004). Zero à esquerda En: Paulo Eduardo Arantes (Ed). **Esquerda e direita no espelho das ONGs**, (pp.165-190). São Paulo, Conrad.
- Barbero, José Martín (2001). **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo, Senac.
- Bourdens, Emile (2000). Utilidade pública federal. Disponível em: <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/000068.pdf>.
- Brittos, Valério Cruz e Nazário, Paola (2008). Economia Política da Comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global. En: Valério Cruz Brittos. (Ed). **Sociedade Civil, digitalização e movimentos midiáticos estruturantes**, (pp.29-58). São Leopoldo, Unisinos.

- Costa, Sylvio; Brener, Jayme (1997). Coronelismo eletrônico: o governo de Fernando Henrique Cardoso e o novo capítulo de uma velha história. Em **Comunicação & Política**, v. IV, n. 2, 29-53.
- Coutinho, Carlos Nelson (2002). Entrevista. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1796>.
- Gonçalves, Rubens (2008). Entrevista concedida a Ivonete da Silva Lopes. Rio do Sul.
- Gramsci, Antonio (2007). **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Monal, Isabel (2003). Ler Gramsci entender a realidade. En: Carlos Nelson Coutinho (Ed). **Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos** (pp.189-200). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Moraes, Dênis de (2008). Hegemonia cultural, comunicação e poder: notas sobre a contribuição gramsciana. En: Valério Cruz Brittos, *VC. (Ed)*. **Economia Política da Comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global**. (pp.17-28). São Leopoldo, Unisinos.
- Nogueira, Marco Aurélio (2003). As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. En: Coutinho, C.N. & Teixeira, A.P. (Eds). **Ler Gramsci, entender a realidade**. (pp.215-234). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Pereira, Luiz Carlos Bresser (1998). **Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/93SociedadeCivil.PDF>.
- Simerman, Denilson (1999). **Nas ondas da fé: uma análise das emissoras e programações evangélicas em Santa Catarina**. Itajaí, Univali.
- Wood, Ellen (2002). **Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico**. São Paulo, Boitempo.
- TV Brasil Esperança (2009). Histórico. Disponível em: <http://www.brasilespanca.com.br/empresa.php>
- TV Panorama (2009). Histórico. Disponível em: <http://www.panorama.tv.br/novo/anossatv.php>